

Política agrícola I

Proposta da Câmara dos Deputados para a agricultura

A AGRICULTURA brasileira cresceu de forma significativa nos últimos quinze anos, com ocupação de novos espaços e enormes ganhos de produtividade. Houve muita incorporação de tecnologia e aumento de produtividade. Esse notável desempenho do ponto de vista da produção não se traduziu devidamente em resultado econômico.

Entra e sai safra, e perdura a questão de endividamento e a necessidade de recursos. Com pequenos avanços, políticos, líderes e estudiosos debruçam-se sobre o intrincado assunto. Recentemente, pro-

postas de reformas aparecem para mudar um modelo completamente saturado, com mais de quarenta anos.

A subcomissão permanente para tratar da renda rural, política agrícola e endividamento, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, acaba de elaborar um relatório prévio. O estudo aponta 14 ações estratégicas para melhorar a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do setor agrícola nacional.

O documento foi entregue ao ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, pelos de-

putados federais Paulo Piau (PMDB-MG) e Luis Carlos Heinze (PP-RS), respectivamente presidente e relator da subcomissão.

O ministro Mangabeira apresentou quatro pontos prioritários para nortear a discussão entre o Legislativo e o Executivo no que tange ao futuro da agricultura brasileira, a saber:

1º Necessidade de traçar um projeto estratégico para a agropecuária;

2º Elaborar respostas emergenciais para a crise financeira internacional;

3º Discutir medidas de recuperação de áreas degradadas;

4º Aproveitar a produção dos agrocombustíveis.

Essas iniciativas são oportunas e provocativas para pensar na produção nacional e na garantia de renda para o homem do campo é fundamental. Uma visão clara de que o agronegócio, dada a sua importância e potencialidade sobre o destino do País, não pode carecer de uma política agrícola eficiente capaz de gerar renda e produtividade. ■

Catorze ações estratégicas

1º Estabelecer o Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA – como a instância legal para formular a política e os mecanismos de soluções de conflitos para todas as questões que envolvem a produção agropecuária nacional;

2º Criar uma política específica de estímulo e fomento à interiorização de indústrias processadoras de matérias-primas rurais, visando à geração de empregos adicionais no interior.

3º Implantar um sistema integrado de defesa sanitária e segurança dos alimentos, com ações descentralizadas no âmbito de estados e municípios.

4º Reconhecer que os benefícios produzidos pelos serviços ambientais prestados pelo setor rural possuem valor de mercado e devem ser remunerados.

5º Redução do custo de produção, que pode ser feito por meio do estímulo à con-

corrência, com fortes parcerias público/privadas, e ações específicas.

6º Redução do risco econômico de produzir e comercializar pela ampliação da política de garantia de preços, implantação efetiva do seguro agrícola e fortalecimento das opções de mercado.

7º Disponibilidade de recursos financeiros para custeio, investimento e comercialização em volume, condições e prazos adequados.

8º Encontrar uma solução definitiva para as dívidas antigas do setor agrícola, tendo em vista que parte substancial desse débito é devido às transferências de renda para o setor urbano e industrial.

9º Fortalecer o cooperativismo e associativismo rural e as revendas agropecuárias e cerealistas.

10º Estabelecimento de políticas específicas econômicas e sociais para mini e pequenos produtores rurais excluídos do mercado.

11º Estabelecimento de Sistemas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a integração de todos os atores públicos e privados no âmbito estadual.

12º Implantação de medidas de proteção da renda rural com uso de salvaguardas às importações predatórias de produtos agropecuários e derivados com subsídios e proteções nos países de origem, com base nas orientações da OMC.

13º Estabelecimento de políticas específicas de abertura e conquista de novos mercados agrícolas, em parcerias públicas e privadas, com atuação forte e integrada do MAPA, MDIC e Ministério das Relações Exteriores e com a consolidação da atuação dos adidos agrícolas no exterior.

14º Garantir orçamentos e recursos financeiros suficientes para pesquisa e inovação para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa.

Fonte: Relatório prévio da subcomissão permanente para tratar da renda rural, política agrícola e endividamento da Câmara dos Deputados.